

# O CASTELO E O ENGENHEIRO: Algumas considerações sobre um desenho icónico do castelo de Alfeizerão

José Lopes Coutinho

20 de Setembro de 2018

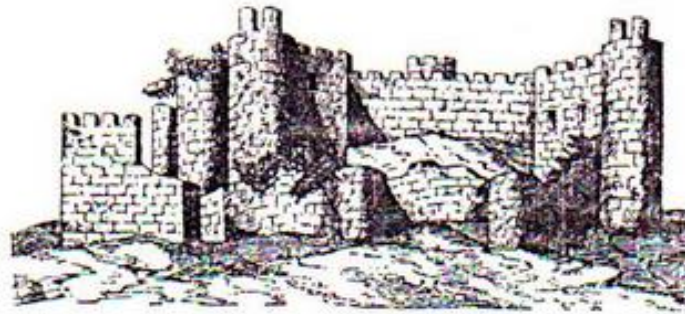


Fig. 1 - Desenho, retocado, do castelo de Alfeizerão (*in O Archeologo Português*, vol. VIII, n.º 4, p. 92, Janeiro de 1903, edição do Museu Ethnologico Português, Lisboa, Imprensa Nacional, 1903)

O castelo de Alfeizerão possui esta imagem icónica, que é o desenho feito no século XVIII pelo sargento-mor de infantaria José António Monteiro de Carvalho. Desde o virar do século XIX até aos nossos dias, esse desenho foi repetido sucessivamente em monografias e obras de arqueologia, e reproduzido em painéis de azulejo e gravuras, condescendendo-se por vezes em lembrar que data do século XVIII, ou a detalhar que o seu autor era o dito Monteiro de Carvalho e que foi desenhado para obsequiar a rainha D. Maria I. Apesar desse propósito, estamos perante uma miniatura que adorna a cercadura de uma carta geográfica da Estremadura oferecida à rainha numa data imprecisa, balizada pela sua ascensão ao trono em 1777 e a morte de Monteiro de Carvalho em 1780.

Para enquadrar a realização e as condições em que surgiu a Carta Geográfica da Estremadura e este desenho do castelo em particular, alinhavaremos alguns ténues apontamentos biográficos sobre a figura do seu criador.

### **Engenheiro e artista**

José António Monteiro de Carvalho foi militar e engenheiro e dele possuímos numerosos elementos biográficos reunidos por Sousa Viterbo. Foi um estudante brilhante na Academia de Fortificações e na Aula de Esfera (classe pública de matemáticas) do Colégio de Santo Antão, e em virtude dos seus progressos é nomeado pelo Conselho de Guerra no ano de 1751 como Ajudante de Infantaria com exercício de engenharia para a província de Trás-os-Montes (Viterbo, 1904: 175).

Sobre o seu contexto familiar, Viterbo transcreve documentos que nos indicam a sua ascendência até aos avós, sendo que os pais dele, Francisco Monteiro Rebelo e Isabel Maria, eram naturais, ele de Lisboa, da freguesia de Nossa Senhora dos Anjos, e ela do Vilar, Cadaval e também nos informa que contraiu matrimónio com Maria Rosa Joaquina, natural e baptizada na freguesia de Nossa Senhora do Socorro, em Lisboa (VITERBO, 1922, p. 389). Por um outro autor, Volkmar Machado, é-nos dito que uma irmã de Monteiro de Carvalho, Joana Inácia, ou Joana do Salitre, por ai residir, foi uma pintora lisboeta de muito renome nesse tempo, distinguindo-se como retratista e pintora de painéis de cariz religioso, e sobre a sua produção artística, considera Volkmar Machado: «O seu estilo, sem ser bom, é tolerável, atendendo ao seu sexo» (Machado, 1922: 106).

Monteiro de Carvalho é nomeado, juntamente com outras personalidades, para constituir por três anos o governo da instituída *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*, preenchendo os cargos políticos da Companhia, que compreendiam um Provedor, doze Deputados e um Secretário. O diploma é assinado

por Sebastião José de Carvalho e Melo e foi publicado no Porto a 31 de Agosto de 1756 (Silva, 1830: 426-441).

Mas é em Lisboa, e com o terramoto de 1755, que se notabiliza como engenheiro. Logo em Dezembro de 1755, é Monteiro de Carvalho quem inicia o inventário (o *tombo*) das praças, ruas e edifícios públicos e a medição da cidade, bairro a bairro, uma descrição que servirá de base ao quimérico e grandioso «*Plano para a Reedificação da Cidade de Lisboa*», exarado em Decreto com a data de 29 de Novembro de 1755, e que um diploma posterior com o mesmo título, publicado a 12 de Junho de 1758, esmiuçarà rua a rua, praça a praça (Silva, 1830: 757). O conjunto dessas plantas delineadas por ele chegou até nós sob a forma do «*Livro das Plantas das Freguesias de Lisboa*», num total de 36, assinadas pelo engenheiro e onde se descreve as paróquias de Lisboa com os seus limites e confrontações (DGA/TT, Códices e documentos de proveniência desconhecida, n.º 153).

Para fazer cumprir o Plano, foi instituída uma Inspeção Geral do Plano que deveria levar os particulares a seguirem-no, obrigando-os a urbanizar os seus lotes de acordo com as pretendidas especificações. Para tal, são nomeados os Inspectores de Bairro e Monteiro de Carvalho, como Inspector de Obras, assume uma função conectora entre eles e fica encarregue de sanar conflitos entre os proprietários de terrenos, sendo o homem no terreno que melhor representava a vontade e os interesses da Inspeção Geral (Rijo, s/d). Entre demolições e construções, o plano titubeia e quase não progride.

Gustavo de Matos Sequeira, falando do sonho pombalino da nova capital, escreve: “*O marquês, porém, não conseguiu ver iniciado sequer esse estupendo enxadrezado de ruas que ia até às fortificações de Campolide, valorizando-lhe uns terrenos que possuía para lá da Cruz das Almas e do Arco do Carvalhão. Foram-se as ruas traçando aos poucos e as Reais Obras não tinham remédio senão ir cedendo a pouco e pouco, abdicando do plano original e transigindo com as necessidades*

*urgentes de construção e com o capricho dos proprietários. O tenente-coronel José António Monteiro de Carvalho – o “bota-abaixo” – além de ter sido encarregado das demolições que lhe granjearam a alcunha, foi também encarregado de executar o plano a que me refiro. Naturalmente, porque viu a quasi impossibilidade de tal execução, elaborou um projecto seu que, ao que parece foi, em parte, aceite e aprovado porque em alguns locais da cidade se lhe deu realização”* (Sequeira, 1917, : 481-482). Noutro tomo da mesma obra, o autor aquilata da forma seguinte a alcunha de “bota-abaixo”: *«Pior do que o abalo propriamente dito foi o incêndio que, durante cinco noites e cinco dias, lavrou na cidade; e creio que pior do que isso tudo foi o sargento-mor José António Monteiro de Carvalho – o famigerado Bota-Abaixo – que, à picareta e à bala razourou toda a Baixa. O Paço da Ribeira foi metralhado; os camartelos pombalinos acabaram com o resto»* (Sequeira, 1916: 39). Na mesma obra e na página precedente, Gustavo de Matos Sequeira reconhece como um *«trabalho ingrato»* a função de Monteiro de Carvalho como *«dirigente técnico das numerosas demolições»* que tinham de ser feitas na capital.

Por alvará de 21 de Dezembro de 1760, Monteiro de Carvalho é nomeado *«Arquitecto das obras do Conselho da Fazenda Real»*, cargo deixado em aberto pelo óbito do anterior detentor, o capitão Eugénio dos Santos de Carvalho (Viterbo, 1904: 176). Nessa qualidade, prossegue com a reedificação de Lisboa mas de uma forma menos draconiana, focado em cada uma das suas freguesias e atendendo aos interesses dos proprietários dos terrenos e imóveis. Essa linha de acção é bem acolhida quando intenta construir em terreno chão ou onde existem prédios muito arruinados, mas encontra séria resistência onde já existem imóveis erguidos ou em bom estado de conservação. Com o tempo, esse projecto acaba também por ser abandonado da mesma forma que o plano original (Sequeira, 1916: 159). Do que ainda conseguiu construir em Lisboa, seguindo ou à revelia de um plano-mestre, fez uma relação

manuscrita, compulsada por Gustavo de Matos Sequeira e que se intitulava: «*Relação das Propriedades de casas edificadas pelo Plano Pombalino*» (Sequeira, 1916: 15).

Uma das muitas realizações que foram confiadas a Monteiro de Carvalho foi a construção do novo hospital de Lisboa, que substituiria o Hospital Real de Todos os Santos destruído em Novembro de 1755, obra gizada para aproveitar o edifício do Colégio de Santo Antão que a Coroa havia confiscado aos jesuítas. Num diploma assinado pelo então Conde de Oeiras e datado de 27 de Setembro de 1769, se decreta que «*Que a referida obra se faça de jornal com todos os materiaes por conta do dito Hospital. Que o Sargento mór de Infantaria com exercício de Engenheiro José Monteiro de Carvalho seja o Director dela. Que de acordo com elle se nomeye hum Mestre Pedreiro e outro Carpinteiro para debaixo das ordens do mesmo Sargento mor dirigirem os Artífices de seus respectivos officios*» (Viterbo, 1922, pp. 388-389). O novo hospital aí nascido seria baptizado de S. José em homenagem ao monarca.

Tirando Lisboa e o que por lá fez, Monteiro de Carvalho parece ter viajado um pouco por todo o país, conhecendo-se-lhe plantas de localidades e fortificações disseminadas pelo território, da província de Trás-os-Montes ao Alentejo. No entanto, uma das suas obras mais surpreendentes, porque inesperada, é um livro com um título dilatado, o «*Diccionario portuguez das plantas, arbustos, matas, arvores, animaes quadrupedes, e reptis, aves, peixes, mariscos, insectos, gomas, metaes, pedras, terras, mineraes, &c. : que a Divina Omnipotencia creou no globo terraqueo para utilidade dos viventes*» (Monteiro de Carvalho, 1765). A obra, de valor científico duvidoso, é uma amálgama de descrições (algumas fantasistas) e definições que deve ter colhido de fontes várias, e na qual é legítimo supor que tenha acrescentado algo de seu, retirado da sua própria observação das «*cousas naturaes*» do país. Mas a obra serve um propósito claro: lisonjear e agradar ao marquês de Pombal, a quem o livro é expressamente dedicado: «*por muitas razões, sendo a mais principal huma, que he a de não parecer ingrato; porque como tenho a inestimável honra de criado seu, seria*

*sacrilégio da obrigação, e delicto contra o agradecimento deixar de o consagrar a V. EXCELENCIA, maiormente tendo recebido incomparáveis benefícios da sua generosa mão, sempre grande em favorecer». E a dedicatória prossegue no mesmo tom antes de colocar o seu nome sob a frase: «Seu mais humilde, fiel e obediente servo». Um pouco mais adiante, no prólogo, alude às suas andanças pelas províncias do reino: «porém, o que pudemos averiguar com certeza, e experiências certas nos annos que neste exercício nos occupámos, examinando particularmente pelas Províncias deste Reino aquellas cousas naturaes, de que ha maior conhecimento, he o que por hora se publica (...)».*

Com a morte de D. José I em 1777 e a demissão do Marquês de Pombal, o seu sucessor, o terceiro Marquês de Angeja (D. Pedro José de Noronha Camões de Albuquerque Moniz e Sousa), ordena a suspensão das obras públicas de reconstrução de Lisboa, que prosseguem depois disso em função da vontade (e do capital) dos privados. O próprio Marquês de Angeja assume o cargo de *Inspector geral das Obras Públicas e do plano de reedificação da cidade*.

Foi nos seus três últimos anos de vida, entre a morte de D. José e o seu próprio óbito, que Monteiro de Carvalho elaborou três das quatro Cartas Geográficas que chegaram até nós.

### **As Cartas Geográficas**

Conhecem-se quatro cartas geográficas elaboradas por Monteiro de Carvalho para oferecer ao (à) monarca, certamente, com o mesmo propósito de agradar que presidiu á feitura do referido “*Diccionario...*”. No conjunto, cobrem todo o território nacional, à excepção do “Reyno do Algarve” (talvez a morte do engenheiro tenha abortado esse projecto algarvio, se porventura existiu).

Todas as quatro cartas apresentam o mesmo modelo: uma mapa da província a preto e branco onde o oriente, lugar onde o sol nasce, está colocado no topo do mapa,

ocupado pelo medalhão da dedicatória. A emoldurar o mapa, está desenhado uma cercadura com medalhões com plantas e desenhos de fortificações e lugares da província tratada na *Carta Geographica*. As Cartas foram desenhadas em papel envernizado e coladas sobre tela.

Cronologicamente, só temos uma certeza: a primeira de todas é a *CARTA GEOGRAPHICA DA PROVINCIA DE ENTRE DOURO MINHO E TRAS OS MONTES*, porque foi a única dedicada a D. José. A data desta carta é incerta, podendo recair em qualquer dos anos do reinado de D. José, entre 1750 e 1777, mais rigorosamente a partir de 1751, quando Monteiro de Carvalho troca Lisboa por paragens transmontanas, e presumivelmente antes de 1774, data em que D. Mariana Vitória assume a regência por incapacidade do rei. O estado de conservação dessa carta não é muito bom e encontra-se esgarçada (intencionalmente?) no sítio onde estaria escrito o nome do soberano. Todas as outras cartas são dedicadas á rainha D. Maria I, que subiu ao trono em 1777.

Se obedeceram a um plano artístico estruturado, à primeira devem ter sucedido a *Carta Geographica da Província da Beira*, a *Carta Geographica da Provincia da Estremadura* e a *Carta Geographica da Provincia do Alentejo*. Pela qualidade artística, ou cuidado na sua concepção, a observação das cartas apoia a ordem que supusemos para elas. Na primeira carta, dedicada a D. José I, as plantas das fortalezas e praças apresenta o melhor nível de detalhe. Na Carta da Província da Beira, a primeira oferecida à rainha, além das plantas, encontramos desenhos (com alguma qualidade e intenção paisagística) dos castelos e das casas na sua envolvência, como acontece com os da Covilhã ou Celorico da Beira (“*Serolico*”). Na Carta da Província da Estremadura, as fortalezas desenhadas são mais sumárias em detalhe, e um traço, por vezes contínuo, perfila o monte onde se ergue a fortaleza, ou o vale atravessado pelo Aqueduto das Águas Livres. Na última Carta, a da província do Alentejo, só se

veem plantas de fortalezas e praças fortificadas, algumas, como a de Marvão, extremamente pobres artisticamente (mesmo falando de arquitectura).

Monteiro de Carvalho é sobretudo um arquitecto, não alardeia grandes virtudes de gravador de paisagens - as paredes das casas e castelos não apresentam textura nem detalhes ínfimos, mas aparecem lisas; e ele desenha a forma das casas nas encostas pelo seu contorno e ângulos, como as desenharia um mero observador sem grande propensão para as artes. Nas plantas arquitectónicas, o risco da sua profissão, mostra-se seguro, com a tranquilizadora exactidão que qualquer pessoa pode extrair da geometria. Os desenhos, como as plantas, sugerem uma colecção de esboços e exercícios arquitectónicos reunida pelo engenheiro durante as suas viagens pelas províncias do país. São, ao todo, sessenta e sete medalhões decorados, em que ele teria usado esses esboços e exercícios para valorizar os mapas das províncias, realizados ou finalizados, à excepção do primeiro, nos seus derradeiros três anos de vida.

A Carta Geográfica da Estremadura tem as dimensões de 133 por 95 centímetros. Ao topo, lê-se na dedicatória central da cercadura: “*Carta Geographica da Provincia da Estremadura que A S. Magestade Fidelissima e Augustissima Senhora D. Maria I Raynha de Portugal oferece o Sargento Mor Engenheiro Jozé Monteiro de Carvalho*”.

Partindo da dedicatória, a cercadura artística do mapa exhibe nos 16 medalhões decorados, plantas ou desenhos de castelos ou fortalezas da Província e, como excepção, o desenho do aqueduto das Águas Livres. Entre os castelos, temos os dois castelos dos coutos, o de Alcobaça e o de Alfeizerão (“*Alfeizirão*”). Comparando-o com as diversas reproduções que dele conhecemos (*n’O Archeologo Português* e no *Mosteiro e Coutos de Alcobaça* de Manuel Vieira Natividade, e outras obras), é notório que algumas pequenas alterações foram introduzidas nas cópias realizadas: corrigiu-se o traçado da torre da direita, eliminando a sobreposição do motivo vegetal da moldura do medalhão e melhorou-se o realismo da alvenaria das muralhas e torres,



desenhando-se nelas a malha das pedras que as formariam. Outra diferença curiosa é a vegetação que espreita e desponta pelo castelo, que no original de Monteiro de Carvalho está muito bem desenhada, e nas cópias reduz-se, por vezes, a novelos de traços confusos e nervosos. O aprimoramento do desenho original, também acrescentou arbustos e ervas, e até uma árvore, no morro do castelo, para abolir a sua monotonia.



Fig. 2: Detalhe do castelo de Alfeizerão da Carta Geográfica da Estremadura

Algumas dúvidas subsistem em relação a este desenho, sobretudo o saber se foi realizado antes ou depois do Grande Terramoto de 1755 (a carta geográfica é, como vimos, posterior). Sobre isso apenas podemos formular uma conjectura e, na nossa opinião, o desenho do castelo de Alfeizerão é um esboço feito no local antes do grande terramoto como, porventura, grande parte dos sessenta e seis desenhos e plantas que empregou nas cartas geográficas das diferentes províncias.

Se olharmos a questão numa linha cronológica, temos de ter presente que o rei D. José I morre no ano de 1777 e com a subida ao trono de D. Maria I e a demissão imediata do Marquês de Pombal gera-se no reino um clima de antagonismo para com os familiares e os homens da confiança do Marquês. José Monteiro de Carvalho, que o tinha como amo e mecenas, teria sentido um receio natural de ser arrastado nessa maré-vazante pombalina, e no espaço de três anos, e com economia de meios, compõe as três cartas geográficas que dedica à rainha D. Maria I. Usa a mesma técnica e a

mesma cercadura em todas elas e ocupou os medalhões com plantas ou desenhos reproduzidos de esboços prévios (e isto continua a ser uma conjectura), uma vez que nesse espaço de tempo e em virtude das incumbências e do trabalho que desenvolvia na capital, não teria, muito plausivelmente, tempo para percorrer as províncias do reino para os executar. Muitos dos desenhos de fortificações são também pálidos esboços, como o do castelo de Alfeizerão, mas cumprem o que se pretende deles. Alguma inexatidão nas plantas ou nos mapas, ou alguma ausência de perfeccionismo artístico na execução dos desenhos, não seriam relevantes a ponto de comprometer o valor artístico daquela oferta à rainha, com cujo favor e graça contaria o engenheiro para se suster de cair em desgraça política. O que efectivamente conseguiu, mesmo considerando que não viveu muito mais tempo do que o rei reformador que serviu durante quase toda a sua vida.

Apesar das mudanças políticas e da instabilidade latente que se seguiu à queda do Marquês de Pombal – do qual se considerava o *mais humilde, fiel e obediente servo* - Monteiro de Carvalho logrou permanecer à frente das obras públicas do reino como «*Arquitecto do Conselho da Fazenda*», cargo que desempenhará até ao ano da sua morte. A confirmação desse facto vem-nos de um documento do dia 17 de Maio de 1780, um alvará de D. Maria I para nomear um novo Arquitecto das Obras do Conselho da Fazenda: «*Eu, a Rainha, faço saber aos que este alvará virem, que eu hey por bem nomear a Joaquim de Oliveira para architecto das obras do Conselho da Fazenda, de cuja incumbência se achava encarregado o sargento mor de infantaria com exercício de engenheiro José Monteiro de Carvalho, já falecido (...)*» (Viterbo, 1922:220).

## Fontes:

MACHADO, Cyrillo Volkmar – *Collecção de Memorias relativas ás vidas dos pintores e escultores, architetos e gravadores portuguezes e dos estrangeiros que estiverão em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922.

MONTEIRO DE CARVALHO, José - *Diccionario portuguez das plantas, arbustos, matas, arvores, animaes quadrupedes, e reptis, aves, peixes, mariscos, insectos, gomas, metaes, pedras, terras, mineraes, &c. : que a Divina Omnipotencia creou no globo terraqueo para utilidade dos viventes*, Lisboa, Oficina de Miguel Manescal da Costa, Impressor do Santo Ofício, 1765.

RIJO, Delminda, e MOREIRA, Francisco, (s.d.) - *A Freguesia de Santa Cruz do Castelo nas Décimas de 1776*, publicação do Gabinete de Estudos Olisiponenses da CML, In [http://geo.cm-lisboa.pt/fileadmin/GEO/Imagens/GEO/Demografia\\_historica/SantaCruzCastelo nasDecimas.pdf](http://geo.cm-lisboa.pt/fileadmin/GEO/Imagens/GEO/Demografia_historica/SantaCruzCastelo nasDecimas.pdf), acedido em 2 de Janeiro de 2014 em <http://geo.cm-lisboa.pt/>.

SEQUEIRA, Gustavo de Matos - *Depois do Terremoto – Subsídios para a História dos Bairros Ocidentais de Lisboa*, vol. I, edição da Academia de Ciências de Lisboa, Lisboa, 1916..

SEQUEIRA, Gustavo de Matos - *Depois do Terremoto – Subsídios para a História dos Bairros Ocidentais de Lisboa*, vol. II, edição da Academia de Ciências de Lisboa, Lisboa, 1917.

SILVA, António Delgado da - *Colleção da Legislação Portugueza, desde a ultima compilação das ordenações – Legislação de 1750 a 1762*, Volume I, Tipografia Maignense, Lisboa, 1830.

VITERBO, Sousa (coordenação de) – *Diccionario histórico e documental dos architectos, engenheiros e constructores portuguezes ou a serviço de Portugal*, vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1904.

VITERBO, Sousa (coordenação de) – *Diccionario histórico e documental dos architectos, engenheiros e constructores portuguezes ou a serviço de Portugal*, vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1922.

- *CARTA GEOGRAPHICA DA PROVINCIA DE ENTRE DOURO MINHO E TRAS OS MONTES DEDICADO A MAGESTADE FIDELISSIMA E SEMPRE AUGUSTA DE EL REY DE PORTUGAL E DOS ALGARVES DOM [ ...]NOSSO SENHOR POR JOZEPH MONTEIRO DE CARVALHO, SARGENTO MOR DE INFATARIA COM EXERCÍCIO DE ENGENHEIRO* (BNP, cota D-158-R).

- *CARTA GEOGRAPHICA DA PROVINCIA DA BEIRA OFERECIDA A S. MAGESTADE FIDELISSIMA E AUGUSTISSIMA SENHORA D. MARIA I RAYNHA DE PORTUGAL / PELO SARGENTO MOR DE INFANTARIA COM EXERCICIO DE ENGENHEIRO JOZÉ MONTEIRO DE CARVALHO* (BNP, cota D-159-R).

- CARTA GEOGRAPHICA DA PROVINCIA DA ESTREMADURA QUE A S.  
MAGESTADE FIDELISSIMA E AUGUSTISSIMA SENHORA D. MARIA I  
RAYNHA DE PORTUGAL OFERECE O SARGENTO MOR ENGENHEIRO JOZÉ  
MONTEIRO DE CARVALHO (BNP, cota D-156-R).

- CARTA GEOGRAFICA DA PROVINCIA DO ALENTEJO QUE A S.  
MAGESTADE FIDELISSIMA E AUGUSTISSIMA SENHORA D. MARIA I E  
RAYNHA DE PORTUGAL OFERECE O SARGENTO MOR ENGENHEIRO JOZÉ  
MONTEIRO DE CARVALHO (BNP, cota D-157-R).